



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

O Impacto da terceirização na vida e na saúde do trabalhador - Uma revisão da produção científica sobre o tema

MARISA BARBOSA

UNITAU

dasmarisas@gmail.com

ELVIRA APARECIDA SIMÕES DE ARAÚJO

UNITAU

elvirasaraujo@gmail.com



O IMPACTO DA TERCEIRIZAÇÃO NA VIDA E NA SAÚDE DO TRABALHADOR – UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O TEMA

Resumo

O presente artigo buscou discorrer acerca da produção científica em relação a terceirização e seus impactos na família e na saúde dos profissionais que mantém esse tipo de relação de trabalho. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com dados da SciELO. O resultado comprova que embora a terceirização acarrete transformações nas atividades laborais e sociais que impactam até mesmo a saúde do trabalhador a produção científica acerca do tema, na maioria das vezes, abordam aspectos administrativos e financeiros do processo de terceirização e não no impacto que essa modalidade de contratação pode causar na vida e na saúde do trabalhador submetido a essa condição.

Palavras-chave: Terceirização; Impacto Social; Revisão.

Abstract

This paper aims to discuss about scientific production in relation to outsourcing and its impacts on family and health of the professionals that keeps this type of employment relationship. The methodology used is bibliographical research and analysis the data of SciELO. The result confirms that although outsourcing caused transformations in the labor and social activities and that have an impact the workers' health the scientific production on the subject, most often, address administrative and financial aspects of the outsourcing process and not on impact that this modality of contracting can cause in life and health of the worker subjected to this condition.

Keywords: Outsourcing; Social Impact; Review.



1 INTRODUÇÃO

A terceirização está sendo tratada mais intensamente no Brasil em decorrência das propostas de alterações originadas de um novo projeto de Lei e essas alterações podem aumentar os impactos para os trabalhadores. Para alguns autores, a terceirização já aponta impactos negativos sobre a saúde e qualidade de vida do trabalhador, ocasionando doenças e sofrimento relacionados ao trabalho. (Mandarini, Alves e Sticca 2015)

Para os autores, as novas práticas de gestão instituídas pela flexibilização e mudanças nas relações de trabalho foram intensificadas a partir da década de 1990 com a internacionalização de mercados, com o aumento da competitividade e com o avanço tecnológico. Com isso, algumas empresas passaram a recorrer à diminuição de seu tamanho (*downsizing*) e a terceirização de atividades (*outsourcing*). Esse modelo reconfigurou as relações entre capital e trabalho já que se constitui de alternativa para que as organizações se adaptem às modificações no cenário mundial, como a necessidade de atingir altos níveis de competitividade, a imposição da redução de custos em consequência da maior liberalização comercial e adequação às mudanças tecnológicas.

Mandarini et al., 2015 registram que a terceirização consiste na subcontratação de empresas que oferecem o serviço de trabalhadores para executar e desenvolver atividades secundárias ou periféricas do processo produtivo. O processo de terceirização pode adquirir diferentes formas, como operações pontuais, contratos de longo prazo e alianças estratégicas envolvendo contratos que garantem exclusividade entre as partes, dentre outras.

Esse processo é frequentemente confundido com o outsourcing, todavia, se configura como simples subcontratação concentrada nas atividades de baixo valor e afastadas do negócio essencial de cada empresa como os serviços limpeza, de segurança. (Cunha, 2008)

Enquanto a terceirização trata de serviços compreendidos como mais braçal, que quase sempre não requerem conhecimentos técnicos específicos, o outsourcing, embora seja uma forma de delegar serviços a terceiros, é uma realidade utilizada pelas organizações do mundo inteiro como forma de confiar áreas como contábeis, tributária ou trabalhista para outro profissional ou outra empresa especializado. (Maestri, 2015)

Partindo dessa observação, esse trabalho buscou realizar uma pesquisa de produção científica acerca do tema, contudo, limitando a análise nos resultados de artigos publicados na base de dados da Scientific Electronic Library Online – SciELO, que tratam da terceirização e precarização das relações de trabalho e do impacto que esse sistema causa na vida e na saúde do trabalhador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender os conceitos empregados nesse trabalho é necessário responder a um questionamento: Precarização por quê? Moreira (2015) revela que a terceirização, ao desvincular os trabalhadores entre si e entre variados empregadores, dilui a noção de identidade coletiva, os vínculos de solidariedade e compreensão do valor relativo do trabalho, assim como os direitos e deveres que lhe devem ser atribuídos.



Dois lados discutem a terceirização, um lado vê a possibilidade de elevação da eficiência produtiva e defende os impactos positivos na produtividade da mão de obra. O outro lado compara estatisticamente o salário e a jornada do trabalhador terceirizado com o padrão, apontando que os terceirizados recebem em torno de 30% menos e trabalham em torno de 3 horas a mais que os outros (DIEESE 2015).

Por isso, a terceirização prevista no Projeto de Lei nº. 4330/2004 tenderia a reduzir o número de empregos, já que trabalhando 3 horas a mais menos pessoas são necessárias para a mesma produção.

Os estudos abordados apontam também para a maior incidência de acidentes de trabalho porque as empresas terceirizadas não possuem o mesmo porte e condições tecnológicas, econômicas e de fiscalização das firmas maiores.

Daí também que seus trabalhadores possuem mais dificuldades para pressionar por benefícios legais, geralmente não se encontrando amparados por sindicatos. Essencialmente, portanto, são trabalhadores que custam menos porque têm menos mecanismos de proteção (social, sindical, jurídica, segurança no trabalho) incorporados aos seus salários. (Moreira, 2015)

2.1 Terceirização e Precarização – Análise da Produção Científica no período 2011-2016.

Primeiramente, existe diferença entre terceirização e outsourcing e é necessário elucidar os parâmetros que os diferenciam. A terceirização se limita a atividades gerais, por vezes braçais. O outsourcing é direcionado para tarefas mais padronizadas e estratégicas, como a tributária, sistemas de informação e TI ou serviços financeiros e contábeis. (Imhoff e Mortari, 2005) As diferenças se destacam após análise menos superficial: a expressão outsourcing, embora quase sempre relacionada com tecnologia de informação (TI), tem se destacado nas áreas contábil e fiscal levada pela necessidade de especialização e aumento da competitividade, por isso é frequentemente traduzido como terceirização, isso porque ambas objetivam reduzir custos e melhorar a produtividade delegando atividades e processos a empresas especializadas. (Cunha, 2008)

Muitos dirigentes empresariais ao falarem do modo de produção dos países mais industrializados, por má fé ou ignorância confundem os dois tipos de processos, a terceirização como conhecemos e o “outsourcing” que é utilizado intensamente em toda a indústria e serviços tanto no Brasil como no exterior. (Maestri, 2015)

Mesmo com essa diferença, os estudos de Mandarini et al., 2015 apresentam por analogia, como os profissionais terceirizados de Tecnologia da Informação (TI) percebem suas chances de carreira e suas relações com as organizações, as possíveis implicações dessas percepções para os indivíduos e seus empregadores e constataram que, frente à instabilidade em suas relações de trabalho, os trabalhadores terceirizados priorizam seus interesses pessoais e de carreira, reforçando sua identidade como “profissionais de TI” e não como integrantes de uma organização.



Recentes estudos do Dieese e da CUT mostram que o terceirizado fica em média 2,6 anos a menos no emprego. Esses trabalhadores têm uma jornada média aumentada em de três horas semanais, embora recebam 27% menos que um profissional contratado diretamente pela empresa. (Martins, 2013). Para o autor, a terceirização integra a ofensiva neoliberal do capitalismo, além de propiciar um aumento dramático da taxa de exploração da classe trabalhadora.

Partindo dessas informações básicas e objetivando analisar a produção científica acerca do tema terceirização e precarização na literatura nacional publicados entre 2011 e 2016, foram selecionados artigos que discutem os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores em diferentes aspectos.

3 METODOLOGIA

Para revisão da produção científica e para apresentar informações sobre os impactos sociais, na família e na saúde dos profissionais que mantêm esse tipo de relação de trabalho a metodologia utilizada foi a análise de produção científica na base da SciELO.

A Scientific Electronic Library Online - SciELO foi escolhida por ser referência nas disciplinas que abordam o tema. Essa biblioteca eletrônica abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e é resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP -Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, em parceria com a Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. O projeto conta com o apoio do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (SciELO.org – 2016)

No processo de estudo foram colhidos entre diversos trabalhos científicos alguns aspectos considerados primordiais para o entendimento do problema, objetivando principalmente apontar considerações acerca da produção de trabalhos acadêmicos direcionados a terceirização. A escolha do tema se deu pela percepção de que muitos trabalhos se revelam preocupados com o aspecto “lucro” da terceirização, e poucos com o impacto negativo dessa categoria de mão de obra para o trabalhador.

Foram utilizadas as palavras-chave terceirização e precarização. A busca pelos artigos se deu de acordo com os critérios seguintes: (a) artigos científicos publicados na língua portuguesa, (b) estudos dirigidos a terceirização; e (c) impacto na saúde e/ou na vida do trabalhador. Livros, capítulos de livros, dissertações e teses não foram considerados, bem como foram excluídos os artigos que, embora tratassem de terceirização, não abordavam impactos para os trabalhadores terceirizados.

A pesquisa foi realizada no período compreendido entre julho e agosto de 2016, considerando trabalhos publicados nos últimos cinco anos. A revisão possibilitou organizar informações e contribuir para mapear, dentro do tema terceirização, áreas com poucos estudos relevantes e identificar a necessidade de novas pesquisas.

Após a pesquisa na base de dados SciELO, o resultado foi comparado com os estudos de Mandarinini et al., 2015 que realizaram trabalho semelhante também nas bases de dados, ProQuest, PsycINFO e Scopus.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura aponta a terceirização como causadora de insegurança nas relações trabalhistas, destrói a identidade coletiva e dismantela a cidadania à medida que o trabalhador não consegue construir um modo de vida equilibrado nem fixar-se em uma posição ou classe social como um sujeito permanente. (Barros e Mendes, 2003)

Há enorme desequilíbrio nas relações laborais entre os trabalhadores terceirizados e empregados públicos. Por ocupações de menor remuneração e maior descontinuidade contratual, os empregos terceirizados atendem fundamentalmente a mão de obra de salário de base. (Pochmann, 2012)

Os dados obtidos na plataforma SciELO possibilitaram verificar que o primeiro artigo publicado no Brasil sobre a temática da terceirização ocorreu em 1993. O último foi em 2016.

4.1 Análise dos artigos

1 A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores. (artigo 1)

O destaque do artigo de Druck (2016) é o uso predatório da força de trabalho, a terceirização sem limites, a precarização e os riscos de morte de trabalhadores.

A autora demonstra preocupação com um projeto que pode legitimar o uso predatório da força de trabalho terceirizado e demonstra a indissociação entre terceirização e precarização, especialmente no campo da saúde do trabalhador.

O artigo discorre sobre o atual estado da terceirização no Brasil, marcado pelo confronto acalorado entre organizações e empresas sobre a proposta de novo regulamento da terceirização por meio de projeto de lei que permite a terceirização de todos os negócios e atividades e de sua expansão no setor público.

A pesquisa demonstra a epidemia de terceirização no Brasil e seus efeitos sobre as condições de trabalho e saúde e apresenta uma discussão sobre indicadores que atestam a inseparabilidade da terceirização e precarização do trabalho em diferentes grupos profissionais, além de indicar um crescimento exponencial da terceirização nos últimos 20 anos em todos os setores.

A autora aponta que o projeto de lei nº. 4330/2004 tem como principal objetivo eliminar todos e quaisquer limites à terceirização, ou seja, permitir a terceirização para todas as atividades da empresa, incluindo as redes de subcontratação, pejetização (um neologismo da sigla Português PJ, ou Inc., em que os funcionários da empresa formam suas próprias micro-empresas individuais), e negando a responsabilidade solidária completa das partes de contratação.

O trabalho também apresenta alguns indicadores da terceirização e precarização por meio de estudos qualitativos de caso e estudos quantitativos baseados em dados governamentais e sindicais e apresentam resultados do que realmente ocorreu no Brasil que, mesmo com a aplicação das normas vigentes, a terceirização é a maneira mais comum utilizada pelas



empresas para evitar a legislação trabalhista e desrespeitar os direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

No campo da saúde dos trabalhadores a autora, conclusivamente, demonstra a estreita relação entre condições de trabalho e o processo de saúde e doença. A autora apresenta dados irrefutáveis para provar a maior mortalidade de acidentes de trabalho de terceirizados em comparação aos funcionários diretos da empresa, indicando e provando a inseparabilidade da terceirização e precarização da saúde.

A autora considera que os trabalhadores terceirizados não só ganham menos, trabalham mais tempo, desfrutam de menos estabilidade no emprego e menos direitos, como também sofrem mais acidentes de trabalho, incluindo as fatais.

O estudo conclui que a vulnerabilidade econômica, social e política dos trabalhadores terceirizados no Brasil é inegável e se molda a uma condição de maior subordinação ao despotismo do capital, que busca incessantemente eliminar qualquer restrição sobre esta forma de exploração laboral, transferindo a responsabilidade pela segurança dos trabalhadores a terceiros e deixando as empresas de serviços como objeto central de investigação e punição por parte do Estado como forma de encobrir os compradores de serviços e os principais culpados pela precarização brutal de trabalho e saúde para milhões de trabalhadores.

2 A flexibilização das relações de trabalho na saúde: a realidade de um Hospital Universitário Federal (artigo 2)

Os autores Alves et al., (2015) apresentaram um estudo sobre a flexibilização das relações de trabalho na saúde, terceirização e precarização, utilizando como parâmetro a realidade de um Hospital Universitário Federal. Constatam que a flexibilização interferiu de maneira estrutural na trajetória do HU a partir do enxugamento do quadro de pessoas e com a adoção da terceirização para manutenção da força de trabalho, acarretando rotatividade dos trabalhadores, conflitos e ordens diversas, descontinuidade e desorganização dos processos de trabalho.

O trabalho registra que na década de 90, os hospitais universitários (HUs) foram incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e que para atender com qualidade às demandas das atividades de ensino, pesquisa e assistência, o ajuste na força de trabalho dessas instituições aderiram ao Regime Jurídico Múltiplo, estabelecendo diferentes formas de vinculação dos trabalhadores, caracterizando assim a flexibilização das relações de trabalho no sistema de saúde.

Os autores utilizam como método a história oral temática e a análise triangulada entre as fontes, constituídas por depoimentos dos trabalhadores, documentos institucionais e literatura. O Estudo qualitativo de cunho histórico-social buscou apreender, através da História Oral Temática, a percepção do corpo social da enfermagem de um hospital universitário sobre as repercussões da flexibilização das relações de trabalho.

As fontes primárias orais foram os depoimentos dos trabalhadores e as fontes primárias escritas foram documentos sobre os convênios e contratos realizados pela instituição no processo de terceirização de serviços. As fontes secundárias foram literaturas pertinentes ao objeto.



Os autores apresentam a flexibilidade como o vale-tudo do mercado na desregulamentação do social e como garantia da exploração total da natureza e da força de trabalho. Traduzida pela “liberdade da empresa” para, de acordo com as suas necessidades, demitir trabalhadores sem penalidades, reduzir o horário ou recorrer a mais horas de trabalho, pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige, subdividir a jornada de trabalho mudando os horários e as características das atividades.

O artigo registra que sem uma gestão de recursos humanos compatível com a expansão da demanda de serviços imposta, a terceirização passou a suprir a força de trabalho muitas vezes sem a observância da legislação que protege socialmente o trabalhador.

Os autores concluíram que a flexibilização das relações de trabalho tornou-se um entrave no âmbito do HU, desestruturando os serviços, prejudicando estudantes e usuários, contribuindo para a precarização do trabalho e a desproteção social dos trabalhadores.

O estudo proporcionou reflexão acerca da realidade vivenciada e o confronto com o desmonte do contingente da força de trabalho devido a flexibilização das relações de trabalho, que se apresenta fragilizada pelo processo de terceirização, com todas as suas consequências, entre elas a precarização do trabalho.

3 Clínica da atividade e oficina de fotos: eletricitistas em foco. (artigo 3)

O estudo de Alves e Silva (2014) registra uma intensificação de serviços terceirizados na manutenção e distribuição de energia no Rio de Janeiro e que as condições de trabalho em empresas terceirizadas na área de energia elétrica têm sido motivo de adoecimento frequente e grande insatisfação dos trabalhadores, devido a falhas na segurança do trabalho e baixa qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos. O estudo analisa as atividades de trabalhador de energia elétrica, com base no dispositivo de Oficina de fotos e tendo como referência teórica a Clínica da Atividade.

O contexto estudado é de terceirização, onde a precarização das relações de trabalho é um agravante motivo pelo qual as autoras entenderam como imprescindível o estudo da organização do trabalho e o enriquecimento de seu coletivo profissional.

A Oficina de fotos foi escolhida como dispositivo de pesquisa e intervenção a fim de utilizar as imagens como disparadores da co-análise do trabalho, fazendo emergir uma realidade coletiva das atividades. As imagens na Oficina de fotos são produzidas pelos próprios trabalhadores e não pelo analista do trabalho e sua equipe. O objetivo deste dispositivo é disparar questionamentos e reflexões acerca da atividade de trabalho, tendo como mediadoras imagens fotográficas que se reportam a essa atividade.

As autoras entendem que abordar essa situação com os trabalhadores, envolvendo-os no debate acerca de seu trabalho, suas condições de segurança e qualidade, é de grande importância para uma mudança efetiva nesse cenário.

A experiência relatada sobreveio desse entendimento que tem sido sustentado nos estudos da Clínica da atividade e também em muitos outros estudos do campo da Saúde do Trabalhador no Brasil.



Por via de análise das relações entre qualidade de vida dos trabalhadores e qualidade do próprio trabalho que as autoras propuseram a experiência relatada na produção científica apresentada.

As autoras concluem que convocar a capacidade inventiva dos trabalhadores por métodos dialógicos, como a oficina de fotos, é convocá-los de modo direto à produção de sentidos que ultrapassam o prescrito e demonstraram que o debate realizado com estes trabalhadores comportou uma produção de conhecimento sobre o ofício de eletricitista.

4 consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. (artigo 4)

Azevedo (2014) apresenta um estudo acerca das expressões da precarização e da terceirização profissional na consultoria empresarial de Serviço Social e discute a expansão da precarização das relações de trabalho, cuja terceirização é uma de suas expressões. Além disso, a autora trabalhou a relação entre as categorias *precarização* e *terceirização*, considerando o espaço sócio-ocupacional das *consultorias empresariais*.

O artigo teve por finalidade apreender a consultoria empresarial de Serviço Social em face da reestruturação produtiva e da expansão da precarização das relações de trabalho, cuja terceirização é uma de suas expressões. Foram utilizados cinco eixos de análise para identificar expressões de precarização a partir da terceirização ocorrida nesse espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, bem como foram realizadas entrevistas com consultoras/assistentes sociais.

A autora registra que a precarização assola o mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, abrindo espaço para a informalidade do mercado de trabalho, aumentando a terceirização profissional e apresenta vieses da precarização, como mecanismos de extração do sobretrabalho.

O estudo conclui que compreender o trabalho como esfera de luta requer assumir atitudes defensivas, de resistência e de oposição às formas de dominação instauradas e que daí a importância de uma atuação não apenas no nível imediato, mas na construção de mediações políticas articuladas às lutas gerais da classe trabalhadora pela desprecarização do trabalho, defesa dos direitos e preservação das conquistas historicamente acumuladas.

5 Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). (artigo 5)

Takahashi et al. (2012) discorre sobre a precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil.

O artigo descreve a atividade e a percepção dos trabalhadores da construção civil sobre os riscos e a carga de trabalho e anota que a construção civil se priorizou pela magnitude epidemiológica de ocorrência de acidentes de trabalho e a baixa eficácia das ações tradicionais de vigilância pelas características de informalidade, terceirização e rotatividade do setor.



Os achados questionam a eficácia dos treinamentos para adesão às medidas de segurança e evidenciam a necessidade de uma pedagogia transformadora nas ações de promoção da saúde e prevenção dos acidentes de trabalho.

Foi utilizado o método da Análise Coletiva do Trabalho (ACT) como instrumento para aproximar-se do ponto de vista dos trabalhadores sobre os problemas que os afligem na atividade laboral, a partir da representação que eles têm do próprio trabalho, servindo de base para a intervenção na realidade. Esse método *“de abordagem dos sentimentos que o trabalho provoca e mobiliza”* consiste em formar um grupo de trabalhadores voluntários, sem definição prévia do número mínimo ou máximo de integrantes, que se reúnem fora do local do trabalho, em ambiente identificado pelos trabalhadores como não patronal, na presença de pelo menos dois pesquisadores, com experiência em Análise Ergonômica do Trabalho (AET), que conduzem a reunião com o auxílio de perguntas como: *O que fazem no seu trabalho? Por que fazem? E como fazem?*

Os autores discorrem que diferentes empresas atuam em conjunto e que as empreiteiras realizam a subcontratação de pequenas empresas ou mão de obra direta, à margem da legislação trabalhista. A construtora principal assina o projeto e torna-se uma mera gerenciadora do empreendimento. A rotatividade de mão de obra é proposital: no final de cada etapa da construção, há uma dispensa coletiva de trabalhadores que voltam a ser contratados em etapas posteriores.

Os autores assinalam que a transferência de responsabilidade das empresas aos trabalhadores pela organização entrega ao trabalhador a tarefa de gestar individualmente o risco "evitando" o acidente, enredado por uma ideologia que leva a sua autoculpabilização quando este ocorre. Novos modelos de análise vêm sendo desenvolvidos, buscando identificar, na complexidade desses eventos, os fatores sociotécnicos que os desencadeiam e, simultaneamente, as condições preexistentes no trabalho sem as quais os acidentes não ocorreriam.

Assim, os autores concluem que as medidas educativas devem alcançar toda a sociedade, de modo que a atividade de trabalho da construção civil ganhe visibilidade, seja igualmente compreendida por quem demanda a construção, empreita a obra e contrata os trabalhadores.

6 A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. (artigo 6)

O artigo de Assunção e Camara (2011) apresenta as relações de trabalho que predominam na indústria florestal, a precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. Os autores associam a manutenção da exposição aos riscos à terceirização crescente, concentrada nas fases da produção, reconhecidas como perigosas e demonstram que a indústria florestal apresenta as maiores taxas de mortalidade associada ao trabalho no mundo, apesar da introdução da mecanização no setor.

A pesquisa apresenta resultado de estudos de documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para verificar os acidentes fatais ocorridos em Minas Gerais.

Os autores também analisaram o processo de trabalho realizado pelas equipes de corte de árvores de uma empresa do setor de extrativismo vegetal e constataram que o conhecimento



acumulado quanto aos fatores de risco de acidentes nesse setor não orientou a transformação das situações de trabalho.

O momento da derrubada de árvores e os riscos consequentes de ser "atingido por" são as principais causas dos acidentes e motivaram a demanda do estudo.

A metodologia de busca em relatórios de agências (nacionais e internacionais), a análise documentação, e o estudo de caso demonstraram que as relações de trabalho precarizadas predominam no setor florestal.

Os autores destacam que no Brasil, a terceirização na área florestal está presente em quase todas as empresas do setor. Há registro da presença de serviços terceirizados em 70% dos serviços florestais.

Concluem que o foco da terceirização dirige-se para a colheita da árvore, fase mais perigosa e onerosa. Apenas trabalhadores do quadro da empresa contratada atuam na colheita do tipo manual onde é maior o risco de acidentes fatais presentes no corte e na derrubada de árvores. A atividade manual com a motosserra dizem respeito apenas aos trabalhadores.

4.2 Análise de aspectos da produção científica

Dois dos primeiros artigos publicados no país sobre a temática da terceirização ocorreram em abril de 1993 no volume 33, nº 2, da Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Um deles de autoria de Haroldo Guimarães (Páginas 6 – 11) e o outro de Michele Montone (Páginas 127 – 128).

O artigo publicado por Montone (1993) se baseou no livro de Jerônimo Souto Leiria, lançado em 1991, pioneiro ao abordar o tema no Brasil e o tratou de maneira conceitual e prática. O artigo publicado por Guimarães (1993) se referencia basicamente nas obras de Ruffolo (1973); e Porter (1986).

O artigo mais recente foi publicado no periódico Estudos de Psicologia de Campinas, de abril/junho 2016 e demonstrou, entre outros estudos, a reiteração das tradicionais tendências de patologização dos impasses escolares e de terceirização de seu enfrentamento entre os educadores.

Os discursos dos profissionais de educação ratificaram os achados da literatura crítica sobre queixa escolar, na medida em que apontam para os processos de individualização e patologização dos impasses escolares, bem como para as dinâmicas de desresponsabilização e terceirização do cuidado educativo. Dentre as razões para essa tendência, a ausência de capacitação e suporte para um qualificado acolhimento e manejo das diferenças em sala de aula, culminando na sensação de impotência pedagógica perante a diversidade discente, mostrou-se o elemento mais pregnante. Cunha et al. (2016)

Para o processo de revisão da produção científica no presente trabalho foram analisados artigos publicados nos últimos cinco anos (2011-2016). O objetivo e a limitação temporal da pesquisa foi definido com base no assunto “terceirização e precarização da mão de obra”. A base de dados utilizada na pesquisa foi Scielo.



Inicialmente, a primeira palavra chave utilizada para colher dados foi “terceirização” e nessa fase o resultado apresentou 138 artigos. Desse total, 56 foram publicados entre 2011 e 2016.

Tabela 1 – Publicações na base de dados Scielo, palavra Chave Utilizada: Terceirização.

TOTAL GERAL		PERÍODO 2011 - 2016	
COLEÇÃO	Publicações	COLEÇÃO	Publicações
Brasil	105	Brasil	43
Saúde Pública	19	Saúde Pública	5
Colômbia	6	Colômbia	3
Psi	4	Psi	2
México	2	Venezuela	2
Venezuela	2	México	1
Total	138	Total	56

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, objetivando delimitar o estudo nos artigos que discutissem a precarização da mão de obra terceirizada, acrescentamos o termo “precarização” que, somada ao termo terceirização resultou em 19 artigos. Desse total, 8 foram publicados entre 2011 e 2016.

Tabela 2

– Publicações na base de dados Scielo, palavra Chave Utilizada: Terceirização Precarização.

TOTAL GERAL		PERÍODO 2011 - 2016	
COLEÇÃO	Publicações	COLEÇÃO	Publicações
Brasil	13	Brasil	5
Saúde Pública	4	Saúde Pública	2
Colômbia	0	Colômbia	0
Psi	2	Psi	1
México		Venezuela	0
Venezuela		México	0
Total	19	Total	8

Fonte: Elaboração própria.

Como nessa terceira e última seleção foi utilizada a limitação temporal e o resultado revelou oito artigos sendo que dois deles eram duplicados, foram eleitos os artigos restantes que apresentam informações relevantes para subsidiar o estudo.

Com o objetivo definido e partindo da escolha inicial, os artigos foram lidos e organizados pelos assuntos tratados como impactantes. As informações dos artigos selecionados foram resumidas na Tabela 3, que contempla os itens de análise: metodologia e predominância do tema em estudo. O resultado demonstra que a metodologia mais utilizada é a qualitativa e que o tema predominante é a precarização da terceirização.



Tabela 3

TÍTULO DO TRABALHO		METODOLOGIA UTILIZADA	PREDOMINANCIA DO TEMA
1	A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores.	Sistematização de resultados de 20 anos de pesquisas no Brasil.	O Estado atual da terceirização no Brasil. Terceirização e precarização. Precarização das condições de saúde e de vida dos trabalhadores.
2	A flexibilização das relações de trabalho na saúde: a realidade de um Hospital Universitário Federal	Fontes primárias orais (depoimentos) e escritas (documentos). A Literatura foi utilizada com fonte secundária.	Flexibilização das relações de trabalho. Terceirização e precarização.
3	Clínica da atividade e oficina de fotos: eletricitistas em foco	Oficina de fotos escolhida como dispositivo de pesquisa e intervenção a fim de utilizar as imagens como disparadores da co-análise do trabalho, fazendo emergir uma realidade coletiva das atividades. Clínica da Atividade (cuja metodologia tem como objetivo trazer o trabalhador para o lugar de co-analista de sua atividade profissional)	Intensificação de serviços terceirizados na manutenção e distribuição de energia no Rio de Janeiro. Adoecimento frequente e grande insatisfação dos trabalhadores, devido a falhas na segurança do trabalho e baixa qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos.
4	Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional	Entrevistas realizadas com consultoras/assistentes sociais.	Expansão da precarização das relações de trabalho. Terceirização como uma de suas expressões.
5	Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT)	Análise Coletiva do Trabalho (ACT). Método de " <i>abordagem dos sentimentos que o trabalho provoca e mobiliza</i> " que consistiu em formar um grupo de trabalhadores voluntários, sem definição prévia do número mínimo ou máximo de integrantes, que se reúnem fora do local do trabalho, em ambiente identificado pelos trabalhadores como não patronal, na presença de pelo menos dois pesquisadores, com experiência em Análise Ergonômica do Trabalho (AET) que conduziram a reunião com o auxílio de perguntas como: <i>O que fazem no seu trabalho? Por que fazem? E como fazem?</i>	O artigo descreve a atividade e a percepção dos trabalhadores da construção civil sobre os riscos e a carga de trabalho. O estudo anota que a construção civil se priorizou pela magnitude epidemiológica de ocorrência de acidentes de trabalho e a baixa eficácia das ações tradicionais de vigilância pelas características de informalidade, terceirização e rotatividade do setor.
6	A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores	Busca em relatórios de agências (nacionais e internacionais), análise documental e estudo de caso.	As relações de trabalho precarizadas predominam no setor (indústria florestal). Os autores associam a manutenção da exposição aos riscos à terceirização crescente, concentrada nas fases da produção, reconhecidas como perigosas.

Fonte: Elaboração própria.

A fonte mais referenciada nos últimos cinco anos foi Maria da Graça Druck, Pós Doutora em Ciências Humanas. Num universo de 139 referências, a citação da autora corresponde a 7,2 % desse total. Seus trabalhos foram referenciados 10 vezes em 66,7% dos artigos analisados conforme se verifica na tabela 4.



Tabela 4

FONTE	OBRAS CITADAS	Referências	Artigos	Percentual de citação entre os 6 artigos analisados	Percentual entre 139 referências utilizadas nos artigos analisados
MARIA DA GRAÇA DRUCK		10	4	66,7%	7,2%
Druck G. Terceirização e ajuste fiscal: uma dupla ofensiva contra os direitos do trabalho. 2015					
Druck G, Filgueiras V. Epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF. 2014					
Thébaud-Mony A, Druck G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. 2012					
Druck G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. 2011					
Franco, T; Druck G; Seligman-Silva, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. 2010					
Franco T, Druck G. O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização. Salvador: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho 2009					
Druck G, Franco T. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. 2007					
Druck G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. 1999					
RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES		5	3	50,0%	3,6%
Antunes R. . Trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. 2013					
Antunes, R; Silva, M.A.M. O avesso do trabalho I. 2010					
Antunes R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2009					
Antunes R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. 2007					
Antunes R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999					
ANNIE THÉBAUD-MONY		3	3	50,0%	2,2%
Thébaud-Mony A, Druck G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. 2012					
YVES CLOT		4	1	16,7%	2,9%
Clot, Y Clínica do trabalho e clínica da atividade. 2011					
Clot, Y A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da atividade. 2010					
Clot, Y Trabalho e poder de agir. 2010					
Clot, Y A função psicológica do trabalho. 2006					
Fonte: Elaboração própria.					



Entre os órgãos públicos, as fontes mais citadas foram Brasil, Ministérios do Trabalho; da Saúde; e da Previdência Social, bem como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Após a pesquisa na base de dados SciELO, o resultado foi conferido com os estudos de Mandarinini et al., 2015 que realizaram trabalho semelhante e muito completo também nas bases de dados, ProQuest, PsycINFO e Scopus, e que cobriram o período de 2000 a 2015.

Na sistematização de 20 temas selecionados os autores Mandarinini et al., 2015 verificaram que 16 deles tratam da terceirização e impactos nas condições de trabalho e 9 cuidam dos impactos para a saúde do trabalhador e, no conjunto de artigos estudados neste trabalho tem-se que estresse, as doenças relacionadas ao trabalho, o risco ocupacional, e o sofrimento psíquico impactam a saúde do trabalhador.

O impacto das condições de trabalho ocorre com fragilidade do vínculo profissional e falta de identificação com empresa; com o processo de precarização das condições de trabalho que se expressa na intensificação do trabalho, na restrição da autonomia, nas metas, pressões, extensão da jornada, polivalência e rotatividade; nas diferenças de benefícios e tratamento e na diminuição dos direitos trabalhistas e salário.

Os achados de produção científica em 2016 versando sobre o projeto de lei nº. 4330/2004, que trata do atual estado da terceirização no Brasil e que se encontra na iminência de permitir a terceirização de todos os negócios e atividades, acrescenta informação aos poucos estudos dedicados a precarização das relações de trabalho que não seria possível encontrar em outro período, já que o projeto foi aprovado em 2015 pela Câmara dos Deputados e ainda se encontra sob análise do Senado Federal.

5 CONCLUSÃO

Sem se opor a existência de inúmeras produções científicas focadas em aspectos de gestão do trabalho terceirizado, a pequena disponibilidade de estudos interessados em medir esses impactos sugere menor interesse sobre a existência de problemas como diferenças de salários e benefícios, de tratamento e de carga horária. Essa situação impacta a saúde dos profissionais e podem gerar sobrecarga física e psíquica, além de desencadear o aparecimento de doenças relacionadas ao trabalho, com o estresse.

Em face dos poucos estudos com abordagens mais robustas, conclui-se pela necessidade de reforçar a matéria objetivando verificar o processo de terceirização como causador de doenças; de aumento do risco de acidentes; e de sofrimento psicológico. A soma desses problemas implica na precarização da mão de obra terceirizada.

O aprofundamento nos estudos dessas formas de precarização pode subsidiar o delineamento de mudanças nas condições de trabalho desses profissionais.



REFERENCIAS

Alves, Emanuelle de Aguiar Pacheco.; Silva, Claudia Osorio da. (2014). Clínica da atividade e oficina de fotos: eletricitas em foco. Revista Psicologia e Saúde, Volume 6 N° 2 Páginas 62 – 71. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n2/v6n2a09.pdf> Acesso em 22/08/2016

Alves, Sheila Maria Parreira et al. (2015). A flexibilização das relações de trabalho na saúde: a realidade de um Hospital Universitário Federal. Ciênc. saúde coletiva vol.20 no.10 Rio de Janeiro Oct. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001003043&lang=pt Acesso em 22/08/2016

Assunção, Ada Ávila e Camara, Guilherme Ribeiro. (2011). A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200010&lang=pt Acesso em 24/08/2016

Azevedo, Fernanda Caldas de. (2014). Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional Serviço Social & Sociedade, N° 118 Páginas 318 – 338. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200006 Acesso em 10/08/2016 e 22/08/2016

Barros, Paloma Castro da Rocha; Mendes, Magnólia Bezerra. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712003000100009#paloma4 Acesso em 15/08/2016

Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº. 4.330 (2004). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841> Acesso em 23/06/2016

Cunha, Vasco Alexandre Ferreira. (2008) Outsourcing de Tecnologias de Informação. Disponível em: <http://escolas.madeira-edu.pt/Portals/140/O%20Outsourcing%20de%20TI%20-%20Vasco%20Cunha.pdf> Acesso em 08/08/2016

Druck, Graça. (2016). A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores. Cad. Saúde Pública vol.32 n.6 Rio de Janeiro 2016 Epub June 20. Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000600502&lang=pt Acesso em 22/08/2016



Fleury, Afonso C. (1997) Estudos Avançados. Globalização em debate. Estud. av. vol.11 no.29 São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100018 Acesso em 13/06/2016 e 22/08/2016

Imhoff, Márcia Moraes e Mortari, Aline Perico. (2005) Terceirização, vantagens e desvantagens para as empresas. Revista Eletrônica de Contabilidade. Disponível em: http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao/terceirizacao_vantagens_desvantagens.pdf Acesso em 20/06/2016 e 22/08/2016

Maestri, Rogério. (2015) [Terceirização e “outsourcing”, a diferença](#). Jornal GGN. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/rdmaestri/terceirizacao-e-%E2%80%9Coutsourcing%E2%80%9D-a-diferenca-por-rogerio-maestri> Acesso em 20/06/2016 e 08/08/2016

Mandarini, Marina Bernardo; Alves, Amanda Martins; e Sticca Marina Gregghi. (2015) Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v16n2/v16n2a04.pdf> Acesso em 08/08/2016

Martins, Humberto. (2013) Ministros do TST condenam o PL 4330 e a mídia silencia. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/222985-8> Acesso em 22/06/2016 e 10/08

Moreira, Vivian Garrido. (2015) Precarização por quê? Um comentário sobre a terceirização do trabalho. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/precarizacao-por-que-um-comentario-sobre-a-terceirizacao-do-trabalho/> Acesso em 04/09/2016.

Pochmann, Marcio. Terceirização do trabalho. Revista Forum. Ed. 104. (2012) Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/marciopochmann/2012/01/11/terceirizacao-do-trabalho/> Acesso em 03/07/2016 e 22/08/2016

Takahashi, Mara Alice Batista Conti et al. (2012). Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000400015&lang=pt Acesso em 23/08/2016.